



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

Modalidade de apresentação – Comunicação Oral

EFEITOS DE 64: PROCURANDO OS LIVROS CENSURADOS EM BIBLIOTECAS CARIOCAS E FLUMINENSE

Marcia H. T. de Figueredo Lima

Universidade Federal Fluminense

Milton Jorge Moreira Bastos

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Procurando responder à questão: "Onde estão os livros censurados?", garimparam-se em três diferentes períodos da década de 1998 a 2008, 71 livros de cunho político selecionados a partir de uma lista do Sindicato Nacional de Editores e Livreiros. Buscas em grandes bibliotecas públicas e universitárias das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói constataram que, decorridos mais de 20 anos do fim da ditadura militar (1964-1985), 32 dos 71 livros não constam dos grandes acervos pesquisados, o que revela um efeito de raridade e detecta dificuldades de acesso a inúmeras obras não mais publicadas.

Palavras-chave: Censura; Livros; Brasil; Ditadura Militar (1964-1985); Raridade



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

1 INTRODUÇÃO

A censura a livros pode não ser um tema novo. No entanto, falamos (e escrevemos) pouco sobre este tema. Do ponto de vista discursivo, escrever sobre censura significa realizar um trabalho de reconduzir discursivamente este tema e, portanto, retro-alimentar a memória: não queremos esquecer que, depois de ser colônia com história de prensas queimadas, o Brasil viveu a maior parte de sua história imperial sem liberdade de imprensa e, grande parte da história republicana, sob censura. Há algo de inquietante nessa tematização

inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominação, servidão, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. (FOUCAULT, 1996, p. 8)

Perguntamo-nos, então, sobre os efeitos que a censura, em princípio, formalmente banida do ordenamento jurídico brasileiro, causa ou deixa como marcas, ainda hoje, sobre a existência (e ausência) de livros em algumas importantes bibliotecas localizadas no estado do Rio de Janeiro.

Não se trata de pensar nas bibliotecas exclusivamente como lugares de memória/história, de inclusão e de exclusão em virtude de autocensura, mas caminhar a uma fase anterior da produção livresca e inquirir sobre o efeito da censura na produção editorial de registros e encarar a presença ou ausência dos livros censurados em alguns acervos, como consequência, primeiro, da não publicação e, somente após, da seleção.

Ao final do trabalho, veremos que a censura causa um efeito de raridade, de rarefação de certos livros.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

2 MARCOS TEÓRICO-HISTÓRICOS SOBRE A CENSURA

2.1 CONCEPÇÕES ACERCA DA CENSURA DA PALAVRA ESCRITA

Partimos do pressuposto que a censura causa prejuízos à produção livresca e, como desdobramento conseqüente deste, causa um “efeito de raridade”¹, pois impede a) a presença de livros censurados em acervos públicos e b) o conseqüente acesso a alguns livros que sofreram censura em um período histórico demarcado no Brasil.

O que esses livros continham que os fez sofrerem um efeito de exclusão? É provável que estes livros fossem capazes de conduzir ou reconduzir discursos com temíveis poderes.

Em “A Ordem do Discurso”, Foucault reconhece que existem muitos procedimentos de controle e delimitação do discurso, “em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita”, que funcionam como sistemas de exclusão e interdição de uma *materialidade* que é um objeto de luta por excelência, o discurso:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Dentre os sistemas de exclusão do discurso no Ocidente, a partir da Modernidade, estão as práticas de editoração e aquisição e descarte (e desbastamento) em bibliotecas:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão apóia-se sobre um suporte institucional: ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, das edições, das bibliotecas, como as sociedades de sábios... (FOUCAULT, 1996, p. 17-18)

Mas ela [a vontade de verdade] também é reconduzida mais profundamente sem duvida, pelo modo como o saber é aplicado em

¹ “Efeito de raridade” – Expressão usada por Deleuze para explicar o pensamento de Foucault – os diversos procedimentos de exclusão dos discursos geram, aos poucos, efeitos de raridade. DELEUZE, Giles. Um novo arquivista. In: _____. **Foucault**. 2. ed. Lisboa : Vega, 1998. p.20-22.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (idem).

No dicionário Aurélio, para os termos censura e censurar, constam as seguintes definições:

Censura: 1. Ato ou efeito de censurar. 2. Cargo ou dignidade de censor. 3. Exame crítico de obras literária ou artística; crítica. 4. Exame de qualquer texto de caráter artístico ou informativo, feito por censor (3) a fim de autorizar sua publicação, exibição ou divulgação. 5. P. ext. Corporação encarregada do exame de obras submetidas à censura. 6. Condenação, reprovação, crítica. 7. V. repreensão (1). 8. Rel. Condenação eclesiástica de certas obras.

Censurar: 1. Exercer censura (3, 4 e 8) sobre. 2. Proibir a divulgação, ou a execução de. 3. Fazer corte(s) em. 4. Criticar; notar. 5. Fazer reparos sobre falha, defeito, omissão, etc. em; condenar, reprovar. 6. Admoestar com energia; repreender. 7. Demonstrar reprovação, crítica, ou ressentimento, por meio de gesto, olhar, etc. 8. Reprochar, exprobrar. 9. Proibir (filme, livro, etc.).

A idéia de censura é antiga. O termo censura vem do latim *censere*, que significa “ter acesso”. O conceito de censura passou por várias modificações.

Segundo Boaz² citada por Waldomiro Vergueiro (1987, p.22), censura é “um esforço por parte de um governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado como perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade.”

Para a maioria das pessoas, censura representa a violação do direito de livre expressão, controle, fiscalização, repressão e proibição, mas, para alguns representa um instrumento necessário à defesa da ordem política e dos princípios morais ou religiosos. Desta forma, a censura baseia-se em certos princípios reunidos com uma ideologia pré-definida que orienta sua atividade fiscalizadora e/ou repressora.

Em sentido amplo, a censura é usada pelos detentores de poder para encobrir interesses particulares de pessoas ou de grupos, favorecer seus *status quo*, seus ideais e manter a autoridade. Nas palavras de Otaviano (2000)., censura é um “instrumento utilizado para a manutenção de uma ideologia e, conseqüente, o próprio regime em vigor, o que explica o fato de a censura investir contra o que ‘não é politicamente correto’”.

² BOAZ, Martha. Censorship. In: KENT, Allen, ed. **Encyclopedia of library and information sciences**. New York, Marcel Dekker, c1970. v. 4, p. 328-38 citada por VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos, 1987, p. 22.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

De acordo com Charboneau (1985)³, para Michel Foucault, a censura age em três níveis, isto é, assume três formas principais, aplicadas aos objetos da censura: afirmar que uma coisa não é permitida, impedir que uma coisa seja dita (segredo) e negar que uma coisa exista (mentira). Essas três formas definem as manifestações da censura tal como é exercida.

A forma mais corrente de censura é a mais elementar e menos sutil, aquela que implica em julgamento moral e tenta definir limites do comportamento humano. Nessa, os censores determinam os padrões de comportamento, as regras de agir do ser humano e interpretam o que podem ou não, exercendo um poder que insulta a dignidade humana.

Já Laswell⁴ (1972) define a censura como:

política de restringir ao público a expressão de idéias, opiniões, concepções e impulsos que tenham ou se acredita que possa ter a capacidade de solapar a autoridade governamental ou a ordem social e moral que esta autoridade considera obrigação de proteger.

Segundo Dias (2008), a censura pode ser classificada em três modelos: ser preventiva, repressiva e indireta. Censura prévia ou preventiva é aquela que o poder executivo exerce, sob a forma de vigilância da publicação de livros ou periódicos, assim como da encenação de peças teatrais, fora da intervenção dos tribunais. A censura é punitiva ou repressiva quando é feita após a publicação, de acordo com o princípio segundo o qual o cidadão deve assumir a responsabilidade de seus atos. Nesses casos, a indireta é aquela que implica em julgamento moral e tenta definir limites do comportamento humano, muitas vezes não é expressa abertamente por isso, difícil de denunciar e defender-se, pois em muitas situações há uma permissão e omissão do próprio grupo em que a pessoa censurada se encontra.

Estudos sociológicos mostram que o maior rigor da censura, do ponto de vista da moral sexual, coincide com a ascensão política da classe média, possivelmente porque essa supremacia só se mantém pelo trabalho e pelos hábitos morigerados⁵, (os bons costumes), virtudes que

³ Citado por Otaviano, 2000, p. 60.

⁴ ASHEIM, Lester. Not censorship but selection. In: CARTER, Mary Duncan & BONK, Wallace John. **Building library collections**. 3. ed. Metuchen, Scarecrow, 1969 citado por Vergueiro, 1987, p. 22.

⁵ Morigerar - [Do lat. morigerare, 'condescender', 'comprazer'.] 1. Moderar os costumes de; ensinar bons costumes a; educar. 2. Causar morigeração. 3. Adquirir bons costumes; passar a portar-se bem. (Dicionário Aurélio século XXI, versão *on line* 3.0 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 200?).



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

seriam abaladas pelo maior relaxamento sexual. Já a aristocracia, quando está no poder, não dá a mesma importância a esse aspecto.

2.2 TRAÇOS HISTÓRICOS

A Grécia antiga foi a primeira sociedade a elaborar uma justificativa ética para a censura, com base no princípio de que o governo da *polis* (cidade-estado) constituía a expressão dos desejos coletivos dos cidadãos e que, portanto, podia reprimir todo aquele que tentasse contestá-lo individualmente. Mesmo na sociedade ateniense, mais liberal, alguns delitos de opinião podiam ser punidos com a morte, como prova a execução de Sócrates, obrigado a beber cicuta ao ser condenado por irreligiosidade e corrupção dos jovens. O respeito a alguns princípios de ordem parecia tão arraigado na sociedade de Atenas, que até mesmo Platão, discípulo de Sócrates, defendia a censura como um dos requisitos essenciais ao governo.

Na Roma antiga, o termo censor era dado aos magistrados que faziam o recenseamento e além de levantar dados sobre os indivíduos e propriedades, também estimulavam direitos e deveres de cada classe social. Eles tinham o poder de vetar os cidadãos de ocuparem certos cargos públicos.

No período medieval em que a Igreja detinha o poder na área do conhecimento, onde a ciência encontrava-se atada à religião. As autoridades eclesiásticas tinham uma rígida concepção do mundo, com base em princípios que se julgavam verdadeiros e imutáveis. Por isso, os tribunais do Santo Ofício exerciam uma forte censura de caráter moral, político, científico e religioso, sendo os réus submetidos a torturas, a longos períodos de prisão ou à morte na fogueira, como exemplo Giordano Bruno na área do conhecimento científico.

O primeiro registro na história da Igreja de censura oficial encontra-se durante o Concílio de Trento que sob o papado de Inocêncio VIII, publicou em 1487, a primeira constituição que estabeleceu a censura prévia. Em 1559, o papa Paulo IV instituiu o *Index Librorum Prohibitorum*⁶,

⁶ Índice de Livros Proibidos.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

que listava as obras proibidas aos católicos, sendo a primeira censura imposta diretamente por um papa.

O Papa Pio V criou, em 1571, a Sagrada Congregação do Índice encarregada de examinar e censurar as obras copiladas na época e com isto atualizar o *Index Librorum Prohibitorum*. Os governos católicos da Europa apoiaram as medidas repressivas e garantiram a aplicação da lei imposta pela igreja. O último *Index Librorum Prohibitorum* foi editado pela inquisição saiu em 1790, porém, suas atividades repressoras duraram até o início do século XX.

Em “O que é um autor”, inclusive, Foucault sinaliza que a figura jurídica do direito autoral surge no momento em que os poderes resolvem que se deve responsabilizar o autor. Responsabilidade e direitos patrimoniais coexistem como aspectos bifrontes do direito autor.

Na Espanha foram condenados à morte, quem possuísse, comprasse, vendesse ou copiasse um livro contido no *Index*. Em Portugal o governo entregou à Igreja tudo o que fosse impresso, ao ponto de as obras de Gil Vicente e Luís de Camões serem proibidos nas livrarias e bibliotecas de Lisboa.

Nos países protestantes, o clima geral de intransigência religiosa e proibições não se limitava apenas aos livros católicos, mas também aos de outras igrejas reformadas. Na Grã-Bretanha, o anglicanismo reprimiu severamente a defesa pública do puritanismo.

Desde o Iluminismo cresceu o ideário sobre liberdade de procurar disseminar e obter informação. Somando a este fato houve, também, o acréscimo de importância dada à educação e a leitura - o *sapere aude* - “atreve- te a saber”.

Gutenberg, ao divulgar a no Ocidente os tipos móveis inventados pelos chineses e adaptados ao nosso alfabeto também contribuiu para um maior acesso à informação.

O desenvolvimento de novas áreas de conhecimento das Ciências Sociais (sociologia, antropologia, comunicação e outras), também vem contribuindo, assim os movimentos da contracultura e pelos direitos civis, nascidos nos Estados Unidos e disseminados em todo o mundo, permitiram um espírito crítico mais aguçado; da defesa dos direitos contribuíram para o desprestígio da censura e o fortalecimento da democracia. Mesmo assim, em pleno século XXI assistimos a ditaduras e regimes autoritários na América, Ásia e África.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

2.3 O CASO BRASILEIRO

No Brasil, a não ser por breves períodos, a censura foi uma prática desde o período colonial. A Igreja Católica chegou a instituir as visitações do Santo Ofício em Pernambuco e Bahia, com as famosas confissões obrigatórias, em que se valorizavam, sobretudo, os pecados de natureza sexual e religiosa. Também vigiavam cada navio que entrava nos portos brasileiros com medo que as idéias consideradas heréticas chegassem pelos portos através dos livros.

Em 1764, Portugal transferiu a censura de livros do domínio da Igreja para o Estado, porém, na prática, o controle do Santo Ofício continuou durante todo o período colonial.

Na República, a censura foi mais forte no governo Vargas - Estado Novo – e no governo militar instituído em 1964.

1. 2.4 CENSURA EM BIBLIOTECAS

Segundo Vergueiro, no Brasil, poucas informações se possuem sobre as práticas de censura em bibliotecas. Na época de publicação de seu artigo, Vergueiro comenta que somente três trabalhos sobre censura estavam publicados no Brasil⁷, um dos quais se tratava de uma tradução. Na Base BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação)⁸, em agosto de 2010, existem apenas 15 artigos dentre os mais de 7780⁹ indexados na base, que contêm a palavra censura no título, resumo ou palavra chave.

Vergueiro, citando Brusha, 1972, define censura nessa área como:

A rejeição, por uma autoridade bibliotecária, de um livro (ou outro material) sobre o qual o bibliotecário, a Comissão de Biblioteca ou alguma outra

⁷ Alonso 1974, Dumont et al, 1979 e Asheim, 1980, este último, tradução de conferência proferida no Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, em 1979. Há ainda um artigo de Maciel do mesmo ano de Vergueiro, 1987 – é provável que Vergueiro não tenha tido conhecimento do mesmo por ser seu contemporâneo.

⁸ Disponível em: http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php. Acesso em 25 ago. 2010.

⁹ Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/ic.php?dd99=about>. Acesso em 25 ago. 2010.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

pessoa (ou pessoas), exercendo pressão sobre eles, afirma ser obsceno, perigosamente radical, subversivo ou muito crítico aos costumes existentes¹⁰.

A censura esteve presente nas bibliotecas de quase todo o mundo, existe desde o Império de Roma e perdura no mundo até os dias de hoje seja para manter a ordem, para defender a religião, os “bons costumes”, a ética e moral, seja também para favorecer a autoridade o *status quo* do Estado e as leis que julgam ser o melhor para o cidadão.

Nas palavras de Rubens Borba de Moraes (1979), a censura tem entre seus principais objetivos defender a Religião, o Estado e a moral. A censura foi e ainda é usada pelos detentores de poder para favorecer seus ideais e manter a autoridade.

Segundo Oliveira (1985), as primeiras bibliotecas foram fundadas na Grécia e tinham dois objetivos específicos: ou serviam para guardar o acervo pessoal dos governantes ou eram abertas ao público em geral. As primeiras bibliotecas também sofreram com a censura, visto que eram limitados os números de livros que tinham permissão de circularem dentro das mesmas.

A Biblioteca de Pérgamo também passou por momentos de dificuldade ocasionada pela censura prévia, através da proibição que o Egito impôs de fornecer papiro para a mesma. O lado positivo foi que a biblioteca teve que produzir seu próprio material para o armazenamento da informação, surgindo, assim, o pergaminho.

As bibliotecas públicas de Roma também foram prejudicadas pela censura, porque o Imperador Calígula baniu das bibliotecas obras importantes dos poetas Virgílio e Tito Lívio e chegou a ameaçar fazer o mesmo com os Poemas Homéricos.

MORAES (1979) afirma que em Portugal a censura começou em 1536 pela Inquisição do Reino, composta por três Poderes: Santo Ofício, Ordinário e Desembargo do Paço. Em 1768 Pombal cria a "Real Mesa Censória" unificando os três Poderes. Dessa maneira a "Real Mesa Censória" fiscalizava a entrada e a saída de livros nas bibliotecas públicas e também de bibliotecas particulares existentes no Reino e também livros de pessoas e entidades que eram obrigados a disponibilizar uma lista de todos os livros que possuíam. Mesmo após uma relativa “abertura” de D. João VI grande parte dos livros proibidos entravam na, então, colônia, somente

¹⁰ BUSH, Charles H. Intellectual freedom and censorship: the climate of opinion In *Midwestern Public Libraries. Library Quarterly*, 42(3): 283-301, 1972 citado por Verger, p. 22



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

via contrabando. Como a maior parte das bibliotecas em terras brasileiras era de conventos, dentre os quais os dos jesuítas, a expulsão da Companhia de Jesus levou ao fechamento de muitas Bibliotecas, confisco de livros raríssimos ou guarda (esconderijo) dos mesmos em lugares impróprios para a conservação das obras, ocorrendo a destruição desses.

A Biblioteca Nacional sofreu censura nos anos 50, pois o governo controlou as obras que circularam na Biblioteca. Durante a República, na era de Vargas e na Ditadura Militar de 1964, a censura não se restringiu apenas à censura prévia que proibia jornais, livros e o noticiário, mas alcançou também algumas bibliotecas que sofreram fechamento e exclusão, em seus acervos, de obras que os poderes constituídos consideravam como subversivas e prejudiciais à ordem.

Sabemos que publicações de editoras consideradas de esquerda pelo regime militar não eram adquiridas durante a ditadura, por diversas bibliotecas, mesmo após o término oficial da censura. Claro que houve protestos e reações na área da biblioteconomia, mas nada que realmente que mostrasse à sociedade e autoridades uma posição firme dos bibliotecários. Vergueiro, em seu artigo, se pergunta o que passou pelas cabeças de bibliotecários e bibliotecárias brasileiros quando os atos de censuras eram perpetrados. Tomaram conhecimento dos mesmos? Se souberam, por que se calaram? Por medo? Por omissão? Por concordância? Por desconhecimento? O próprio declara que se calou por desconhecimento. E constata uma lacuna na literatura da área que retrate a posição das associações e escolas de biblioteconomia.

Não fizemos um levantamento sobre o medo reinante na época, mas mencionamos o depoimento de uma ex-professora da UFF que fora bibliotecária na USP e que consta no trabalho de Azevedo (2003, p. 80-83) comentando sobre a barbárie naquela Universidade. A citada professora constatou que muitos livros desapareceram e alguns destes só retornam com a volta de professores do exílio, a partir de 1979.

Há observações que talvez expliquem essa posição dos bibliotecários: bastava apenas um telefonema anônimo para a polícia ou DOI-CODI alegando que na casa de encontrava-se qualquer obra considerada subversiva que, simplesmente, a polícia recolhia e prendia o proprietário para avaliação e inquérito. Era comum durante a ditadura a polícia entrar numa redação para prender um jornalista e os seus colegas não reagirem, porque sabiam o risco que todos corriam, pois muitos foram presos e não voltaram.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

3 METODOLOGIA

No curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF há três monografias de conclusão daquele curso trataram sobre censura: “Censura nunca mais: presença e ausência dos livros censurados na Fundação Biblioteca Nacional e Biblioteca Estadual Celso Kelly” de Luciana Danielli de Araújo realizado em 1999, “Censura e repressão a livros em bibliotecas universitárias no Brasil pela ditadura militar (1964-1985)” de Dilma Pereira Azevedo realizado em 2003 e “Censura nunca mais: onde estão os livros censurados?” de Milton Jorge Moreira Bastos apresentado em 2008. O primeiro e o terceiro foram orientados por Marcia Lima e o segundo por Suzete Moeda Mattos.

Este é um estudo que consolida o resultado das pesquisas empíricas realizadas para efetivar os três referidos trabalhos produzidos no intervalo de 10 anos, os quais utilizaram uma mesma metodologia, que consistiu em inquirir a presença ou ausência de livros censurados em diferentes acervos bibliográficos. As bibliotecas foram consideradas como superfícies documentárias: a ausência ou a presença dos itens censurados foram consideradas enunciações dos efeitos de rarefação dos discursos causados pela censura do período entre 1964 e 1985, ecos da censura no século XXI.

A dimensão temporal remete à ditadura brasileira mais recente – a que é demarcada de 1964 a 1985. Examinaram-se catálogos de bibliotecas em três períodos posteriores – 1999, 2003 e 2008 - em intervalos aproximado de 5 anos entre cada levantamento, se perguntado sobre a existência dos livros que foram censurados durante o período 64/85 naquelas três datas que distavam 14, 18 e 23 anos, respectivamente, do fim oficial da ditadura.

A dimensão espacial recortada para esse exame consistiu de bibliotecas localizadas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Em 2008, mudou alguma coisa desde as pesquisas exploratórias de 1999 e 2003? Cinco anos ou dez anos fazem diferença nas perdas relativas causadas pela censura? Bastos (2008) atualizou levantamentos realizados por Araújo (1999) e Azevedo (2003) a fim de constatar os prejuízos causados pela censura, isto é, os livros censurados, passado o período (oficial) de exceção (1964-1985), estariam em acervos de bibliotecas cariocas? Qual a possibilidade de um



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

pesquisador encontrar, em 2008, os livros que foram proibidos de serem editados e/ou de circularem?

Quanto à seleção do material a ser “garimpado” nos acervos, Araújo (1999) utilizou uma lista datilografada, encontrada na Biblioteca da Escola de Comunicação da UFRJ¹¹ contendo um levantamento bibliográfico sobre os livros censurados realizado em parceria com o Sindicato Nacional de Editores Livreiros (doravante referido como SNEL). Esta lista contém 428 livros, sendo que Araújo considerou que 357 são livros ficcionais de cunho erótico e 71 livros são de cunho político.

Quatro anos depois, Azevedo (2003) utilizou, no segundo trabalho sobre livros censurados produzido na UFF, a lista encontrada na obra do professor universitário Deonísio da Silva. “Nos bastidores da censura: sensualidade, literatura e repressão pós-64”. Esta lista contém apenas um livro a mais do que a lista do SNEL¹². Aparentemente, essa segunda autora não tomou conhecimento do trabalho de Araújo, uma vez que não o citou. Pesquisou o catálogo da BCG em busca de todos os 428 livros listados pelo SNEL.

Bastos, em 2008, realizou um novo levantamento com a finalidade de atualizar aquelas informações obtido por Araújo (1999) e Azevedo (2003) em seus respectivos trabalhos. Foi importante seguir os mesmos passos metodológicos dos dois trabalhos de conclusão comparados. Assim, optamos por utilizar a lista da SNEL, pelo seu caráter institucional, que consiste de 428 livros censurados, encontrada na Escola de Comunicação e mantivemos o recorte de 71 livros que Araújo selecionara como sendo de cunho político.

Quanto às bibliotecas escolhidas para este terceiro trabalho, seguindo os trabalhos anteriores, foram selecionadas as seguintes bibliotecas:

¹¹ ARAÚJO, 1999, p. 5. Dada à limitação de espaço, remetemos os interessados à lista constante do acervo da Biblioteca da Escola de Comunicação, bem como aos três trabalhos citados que a reproduziram.

¹² O livro que consta a mais na lista Deonísio da Silva é “Reflexões de dois amigos... conto” do próprio autor. Assim, seria um livro classificável como ficcional, não havendo porque incluí-lo nos 71 livros selecionados por Araújo em 1999. Ademais, o fato de tal livro não constar de uma lista institucionalmente referendada e, sim, de uma lista autóctone, faz surgirem questionamentos quanto à própria classificação de tal livro como censurado. Um estudo específico deverá ainda ser feito sobre o livro em questão.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

- a) Fundação Biblioteca Nacional (BN), por ser o órgão nacional encarregado legalmente do depósito legal e responsável pela preservação de toda produção intelectual do país, selecionada por Araújo (1999);
- b) Biblioteca Estadual Celso Kelly (BECK): biblioteca pública de âmbito estadual, também seguindo os rastros de Araújo de 1999;
- c) Biblioteca Central do Gragoatá (BCG): uma das principais bibliotecas da Universidade Federal Fluminense, por ser a biblioteca universitária do ensino público federal que cobre a área temática das ciências sociais, da educação, da literatura e por ter sido (talvez pelo âmbito temático de cobertura do seu acervo) selecionada para o trabalho de Azevedo (2003).

Bastos realizou o levantamento dos mesmos 71 livros selecionados por Araújo e incluídos nos 429 pesquisados por Azevedo nas três bibliotecas dos estudos anteriores (portanto em 1999 e 2003), no segundo semestre de 2008 e, nos resultados, apresentamos quadros comparativos entre os três trabalhos.

Bastos decidiu ampliar o campo de pesquisa como forma de verificar se os livros não encontrados nas bibliotecas já avaliadas encontrar-se-iam disponíveis aos leitores, pelo menos para os cariocas e fluminenses, em 2008. Assim, procurou saber se, na medida em que se ampliava o número de bibliotecas examinadas no Rio de Janeiro, haveria maiores chances de encontrar os livros censurados. Escolheu então:

- d) As bibliotecas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro através da Rede Sírius (doravante, Rede Sírius): composta de vinte e uma bibliotecas sendo três daquelas relacionadas ao tema de ciências sociais. Foram escolhidas, também, por ter um grande acervo, além de ser universitária, pública, de âmbito estadual.

Quanto à postura dos pesquisadores, na realização dos três trabalhos, os autores optaram por atuar como usuários anônimos, considerando os campos empíricos como superfície de aparição: os livros estavam ou não presentes nos acervos?

Na pesquisa de Bastos houve uma pergunta a mais: os livros não encontrados em 1998 e 2003 encontravam-se publicados ou poderiam ser comprados em 2008? Dessa forma, foi obtido um dado importante que consistiu em saber quais as possibilidades de um pesquisador encontrar os 71 livros censurados entre 1964 e 1984, quer em bibliotecas, quer através de compra em 2008 em sebos e livraria virtual.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

Em quase todas as bibliotecas avaliadas, os materiais de pesquisa foram os catálogos manuais e *on line* das mesmas. A exceção foi a pesquisa realizada na UERJ, onde foi utilizado apenas o catálogo *on-line*, pelo motivo do mesmo conter todos os acervos das bibliotecas da Rede Sírius já digitalizados.

3.

4. 4 RESULTADOS

Para facilitar a compreensão dos resultados obtidos, comparamos os trabalhos de Araújo (1998) e Azevedo (2003) com o trabalho de Bastos (2008) em itens separados. Em item seguinte, comparamos o trabalho das duas alunas, também.

4.1 COMPARAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS DE ARAÚJO, 1998¹³ E BASTOS, 2008

No trabalho de Araújo foram pesquisadas as bibliotecas Nacional e Estadual Celso Kelly, ambas na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1998. Os resultados percentuais sempre foram calculados sobre um total de 71 livros de cunho político censurados (100%). Os resultados obtidos por Araújo foram os seguintes.

Presença dos livros políticos proibidos - segundo lista do SNEL – BN e BECK, segundo Araújo, 1998

TOTAL DOS LIVROS POLÍTICOS DA LISTA SNEL (100%)	TOTAL ENCONTRADO NO ACERVO DA BN, 1998	%	TOTAL ENCONTRADO NO ACERVO DA BECK, 1988	%	TOTAL ENCONTRADO NOS ACERVOS DA BN + BECK 1988	%
71	26 LIVROS	36,61 %	15 LIVROS	21,12%	28 LIVROS.	39,44

Fonte: ARAÚJO, 1999, p.26.

Dos 71 livros da lista do SNEL que a aluna considerou como sendo de cunho político, 26 constavam nos catálogos da Biblioteca Nacional (BN) e 15 na Biblioteca Estadual Celso Kelly (BECK) em 1998. No total eram 28 livros diferentes, pois somente 2 dentre os 15 livros que existiam na BECK, não existiam na BN. Naquela época, então, era possível a recuperação

¹³ O segundo semestre letivo de 1998 foi encerrado em março de 1999, por isso, a diferença nas datas da pesquisa – 1988 - e de impressão do TCC de Araújo (1999), como está nas referências bibliográficas. Nas comparações, vamos sempre nos referir à data da pesquisa no acervo, 1998.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

39,44% dos livros de cunho político da lista do SNEL considerando-se as buscas realizadas nas duas bibliotecas.

Bastos obteve o seguinte resultado em 2008.

Presença dos livros políticos proibidos - segundo lista do SNEL - na BN, 1998 e 2008

TOTAL DOS LIVROS POLÍTICOS DA LISTA SNEL	Biblioteca Nacional			% Lista SNEL		
	ARAÚJO, 1998	BASTOS, 2008	Acréscimo Absoluto	ARAÚJO, 1998	BASTOS, 2008	Acréscimo Relativo %
71	26	33	7	36,61	46,47	9,86

Fonte: BASTOS, 2008, p. 45

Pelos resultados demonstrados no quadro acima, houve um pequeno acréscimo, pois, se em 1998 era possível recuperar apenas 26 livros na BN, cerca de 35%, um pouco mais de um terço dos livros da lista do SNEL, hoje, já se pode recuperar mais 7 daqueles 71 livros proibidos na Biblioteca Nacional, quase se chegando a 50% daquele total.

Vejamos, agora, comparativamente, o estado da Biblioteca Celso Kelly, nos períodos considerados, quanto aos 71 livros em questão:

Presença dos livros políticos proibidos - segundo lista do SNEL - na BECK, 1998 e 2008

TOTAL DOS LIVROS POLÍTICOS DA LISTA SNEL	Biblioteca Celso Kelly			% Lista SNEL		
	ARAÚJO, 1998	BASTOS, 2008	Acréscimo Absoluto	ARAÚJO, 1998	BASTOS, 2008	Acréscimo Relativo %
71	15	19	4	21,12	26,76	5,64

Fonte: BASTOS, 2008, p. 45

O acréscimo foi de apenas 4 livros e o percentual de aumento também é pouco significativo, pouco mais de 5%.

Vejamos a comparação do total de livros da lista nas duas bibliotecas pesquisados por Araújo em 1998 com o resultado mais recente obtido por Bastos em 2008.

Presença dos livros proibidos segundo lista SNEL nas BN e BECK, 1998 e 2008

TOTAL DOS LIVROS POLÍTICOS DA LISTA SNEL	ARAÚJO BN+BECK 1998	BASTOS BN+BECK 2008	Acréscimo Absoluto	% Lista SNEL		
				ARAÚJO 1998	BASTOS 2008	Acréscimo Relativo %
71 LIVROS	28	34	6	39,44	47,89	8,45

Fonte: BASTOS, 2008, p. 46

O resultado mostrado no quadro anterior significa que a possibilidade de encontrar os livros censurados segundo a lista do SNEL em 2008, considerando as mesmas duas bibliotecas pesquisadas por Araújo, aumentou 8,45% nos últimos 10 anos, ainda não chegando aos 10% de acréscimo.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

4.2 COMPARAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS DE AZEVEDO, 2003¹⁴ E BASTOS, 2008

Azevedo, em 2003, fez um TCC orientado pela professora Suzete Moeda Matos, que atuou na UFF por dois anos como professora substituta.

Nesse trabalho, Azevedo procurou os 428 livros – a lista completa, mais um livro de Deonísio Silva, citado pelo próprio autor na fonte utilizada pela aluna. Em seus resultados, apresentou 22 livros encontrados, destacando-se 18 de cunho político, interesse de nossas pesquisas. Conferindo a tabela do seu trabalho, entretanto, notamos que um livro que a aluna considerou como político, não fora considerado como tal por Araújo em 1998¹⁵.

Os resultados obtidos por Azevedo em 2003 na Biblioteca Central do Gragoatá (BCG) foram os seguintes:

Presença dos livros da lista do SNEL na BCG, segundo Azevedo, 2003

TOTAL DOS LIVROS POLÍTICOS DA LISTA SNEL	AZEVEDO, BCG, 2003	%
71 LIVROS	17	23,94

Fonte: AZEVEDO, 2003, p. 51-64.

Atualizando a mesma busca no ano de 2008 na BCG, Bastos encontrou 29 livros dos 71 procurados. Houve um acréscimo muito importante, como demonstra o quadro abaixo:

Presença dos livros proibidos segundo lista SNEL na BCG, 2003 e 2008

TOTAL DOS LIVROS POLÍTICOS DA LISTA SNEL	AZEVEDO, 2003 BCG	BASTOS, 2008 BCG	ACRÉSCIMO ABSOLUTO	% lista SNEL		
				Azevedo 2003	Bastos 2008	Acréscimo Relativo %
71 LIVROS	17	29	12	23,94	40,84	16,90

Fonte BASTOS, 2008, p. 47.

¹⁴ O segundo semestre letivo de 1998 foi encerrado em março de 1999, por isso, a diferença nas datas da pesquisa e de impressão do TCC de Araújo. Nas comparações, vamos sempre nos referir à data da pesquisa no acervo, 1998.

¹⁵ O livro que Araújo não considerou foi “Zero: um romance pré-histórico”, de Ignácio de Loyola Brandão, o de número 428 na lista do SNEL/UFRJ/ECO, livro ficcional, mas não erótico.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

Assim, aumentou a possibilidade dos livros da lista do SNEL serem encontrados na Biblioteca Central do Gragoatá em pouco mais de 15%, considerando-se as buscas feitas em 2003 e 2008. Como Azevedo não comentou em seu trabalho se realizou a pesquisa nos dois catálogos existentes – manual e *on line* – não temos certeza de que houve realmente um acréscimo significativo no acervo nos cinco anos mais recentes ou se os livros foram recuperados devido à atualização dos catálogos disponíveis: a recuperação pode ter sido maior em 2008 porque o catálogo *on line* pode estar mais completo ou porque os dois catálogos – manual e *on line* – foram consultados. Aparentemente, Azevedo só pesquisou no catálogo *on line*, pois Bastos encontrou o livro de Darcy Ribeiro “A universidade necessária” em ficha datilografada bastante desgastada pelo tempo, que não havia sido localizado pela aluna.

4.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS OBTIDOS POR ARAÚJO, 1998 E AZEVEDO, 2003

Reunindo os dados das duas pesquisas mais antigas, chegamos ao seguinte quadro:

Presença dos livros proibidos segundo lista SNEL nas BN, BECK e BCG, 1998 e 2003

TOTAL DOS LIVROS POLÍTICOS–DA LISTA SNEL	ARAÚJO BN 1998	ARAÚJO BECK, 1998	ARAÚJO BN +BECK 1998	AZEVEDO BCG 2003	Livros da lista da SNEL presentes nas três bibliotecas 1998-2003
71	26	15	28	17	31
100%	36.61%	21.12%	29.44	23.94%	43.66%

Fonte BASTOS, 2008, p. 47; 48.

Pelos dados do quadro acima, Azevedo encontrou em 2003 somente três livros na BCG que não se encontravam em 1998 na BN ou BECK.

A Biblioteca que mais continha livros censurados da lista, mesmo se considerarmos a diferença de cinco anos, de acordo com os dados obtidos nos trabalhos anteriores, ainda continuou sendo a Biblioteca Nacional, depositária brasileira.

Retomando o exame dos números do quadro acima, reunimos os cálculos percentuais dos livros encontrados nas três bibliotecas em relação à lista do SNEL para avaliar a disponibilidade dos livros censurados.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

Em item anterior, já comentamos que Araújo encontrara somente dois livros diferentes na BECK em relação à BN. A BN continuava sendo a biblioteca que mais possuía livros políticos daquela lista, mesmo que seu acervo tivesse crescimento zero nos cinco anos entre 1998 e 2003. Ao se computar os livros encontrados em três bibliotecas chegava-se a quase 50% de cobertura da lista em 2003.

Seguindo o objetivo de comparação, arranjamos os dados de 2008 junto com os dados das duas pesquisas anteriores no item a seguir.

4.4 COMPARAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS OBTIDOS POR ARAÚJO, 1998, AZEVEDO, 2003 E BASTOS, 2008 NAS TRÊS BIBLIOTECAS: NACIONAL, CELSO KELLY E CENTRAL DO GRAGOATÁ

Retornando às bibliotecas estudadas nos dois TCCs anteriores, foram obtidos os resultados apresentados no seguinte quadro:

Quadro comparativo entre pesquisas anteriores e mais recente BN, BECK e BCG

TOTAL DOS LIVROS SELECIONADOS DA LISTA SNEL	BN		BECK		BCG		Total BN+BECK+ BCG	
	ARAÚJO 1998	BASTOS 2008	ARAÚJO 1998	BASTOS 2008	AZEVEDO 2003	BASTOS 2008	ARAÚJO + AZEVEDO 1998-2003	BASTOS 2008
71	26	33	15	19	17	29	31	39
100%	36,61%	46,47%	21,12%	26,76%	23,94%	40,84%	43,66%	54,93%

Fonte: BASTOS, 2008, p. 49.

O quadro acima demonstra que alguns dos livros de cunho político proibidos durante a ditadura voltaram a ser incorporados aos acervos, ainda que lentamente. Até 2003, menos da metade daqueles livros eram encontrados. Hoje ainda há ausência de cerca de metade daqueles livros, mas a presença já ultrapassa um pouco os 50%. Considerando-se a variável tempo, 10 anos (1998-2008) não foram suficientes para recuperar 100% daqueles livros. E em cinco anos (2003-2008), a diferença de tempo decorrida entre os dois últimos trabalhos analisados, somente 8 “novos” itens puderam ser acrescentados.

O quadro mostra, também, uma tendência de acréscimo de disponibilidade (a chance de se encontrar os livros): aumentando o número de bibliotecas pesquisadas, aumenta-se a chance de recuperar os livros da lista. Em outras palavras, a disponibilidade é maior à medida que se percorrem mais bibliotecas.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

A BN era, em 1998, a biblioteca onde mais se encontravam os livros antes censurados, de acordo com a lista seletiva que nós estudamos. Hoje, possui quase 50% dos livros daquela lista e, talvez por ser depositária, é a biblioteca pesquisada em que mais se encontram os livros constantes da lista e editados no país.

A BCG é uma biblioteca universitária voltada às ciências sociais e humanas. Isso faria supor um percentual de presença (e disponibilidade) maior dos 71 livros políticos censurados em tal biblioteca, porque a BCG pode ter em seu acervo, livros publicados em outros países e em outras línguas (francês, inglês e espanhol), que dificilmente estariam no acervo da Biblioteca Nacional, já que esta biblioteca é responsável pelo depósito das obras editadas no Brasil somente. Alguns são livros clássicos de Lênin, Caio Prado Júnior. Até 2003, no entanto, o acervo da BCG era menor do que o da BN ainda que se comparando os dados com 1998. Por outro lado, foi a biblioteca de maior índice de crescimento: de 2003 a 2008 (5 anos) aumentou seu acervo em relação à lista em mais de 15%. No espaço de 1998 a 2008 (10 anos), a BN aumentou a disponibilidade daquela lista seletiva em menos de 10% e a Biblioteca Celso Kelly também.

A Biblioteca Celso Kelly, por outro lado, sendo pública estadual, pode apresentar dificuldade quanto à seleção devido à recorrente limitação de verbas para o setor cultural e educacional no Brasil ou, mesmo, ter por critério o baixo interesse de público para livros em outras línguas, limitando a aquisição desses às doações recebidas. Mesmo assim, encontramos um dos livros censurados, publicado em italiano.

Quando consideramos as bibliotecas isoladamente, a proporção de livros antes censurados existentes em cada acervo é pequena. As bibliotecas que mais possuem livros da lista, ainda não detêm metade daqueles livros. Por outro lado, a soma obtida demonstra que a disponibilidade das obras censuradas aumenta na medida em que se aumenta o número de bibliotecas pesquisadas: foi possível chegar a mais da metade dos livros procurados – dos 71, recuperamos 39, percorrendo as três bibliotecas já avaliadas. Para confirmar esse resultado importante e esta tendência, resolvemos agregar mais uma biblioteca, conforme descrito no item d do material no capítulo de Metodologia.

4.5 COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS ANTERIORES COM O ACERVO DA UERJ



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

De posse da lista selecionada dos livros políticos proibidos, nos dirigimos às bibliotecas da UERJ, através da Rede Sirius, que inclui 21 bibliotecas, sendo três de ciências sociais.

Nesta rede, encontramos apenas 24 dos 71 livros em questão. Entre esses 24, não havia nenhum livro diferente daqueles já encontrados nas três bibliotecas anteriores em 2008.

Resultado da pesquisa na Rede Sírius - UERJ, Bastos 2008

TOTAL DOS LIVROS DA SNEL DE CUNHO POLÍTICO	BIBLIOTECAS REDE SÍRIUS UERJ
71	24
100%	33,80%

Fonte: BASTOS, 2008, p. 51

Ao contrário do que se previa no item anterior, não se confirmou a tendência de crescimento das possibilidades de se encontrar livros censurados, pois quando se agregou uma rede de bibliotecas universitárias (que inclui três bibliotecas de ciências sociais e as bibliotecas Comunitária e do Colégio de Aplicação) à pesquisa, não se alterou o quadro de disponibilidade dos livros censurados.

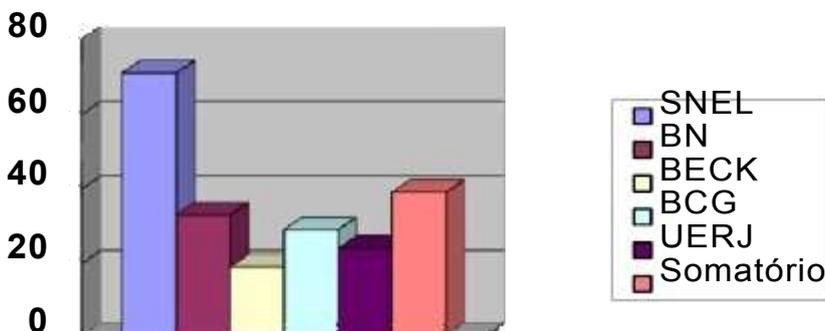
Quadro comparativo entre BN, BECK, BCG e UERJ (Bastos, 2008)

TOTAL DOS LIVROS SELECIONADOS DA LISTA SNEL	BN	BECK	BCG	Rede SiriusUERJ	Total BN+BECK+BCG+ UERJ
71	33	19	29	24	39
100%	46,47%	26,76%	40,84%	33,80%	54,93%

Fonte: BASTOS, 2008, idem

O gráfico a seguir ilustra os dados do quadro acima:

Gráfico comparativo da presença de livros políticos da lista do SNEL em 2008



Fonte: BASTOS, 2008, idem



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

Assim, pesquisadas as bibliotecas dos trabalhos anteriores, mais as da Rede Sírius, ainda não se conseguem encontrar 32 dos 71 livros proibidos durante a ditadura militar, visto que somente outros 39 puderam ser localizados.

Cumpridas as tarefas no campo de pesquisa a qual o TCC de Bastos se destinava, nos perguntamos se seria possível encontrar essas obras nas livrarias e sebos. Se os livros estão nas livrarias, então isso significaria que a BN não teria o seu acervo completo e, portanto, o prejuízo à memória do período tem uma tendência à perenidade. Se os livros existissem somente nos sebos, então poderia significar que ainda não voltaram a ser editados. Assim, fizemos uma última análise, no item a seguir.

4.6 BUSCA DOS LIVROS DA LISTA DA SNEL NOS SITES DE SEBOS E DE LIVRARIA VIRTUAL

Para responder sobre a possibilidade de recuperação dos livros da lista, percorremos o site www.estantevirtual.com.br, limitando a busca aos sebos existentes na cidade do Rio de Janeiro e Niterói. Quanto à livraria, limitamos a busca à Livraria Cultura (www.livrariacultura.com.br).

Daqueles 32 livros não existentes nos acervos das bibliotecas pesquisadas, nenhum foi encontrado em sebos ou na livraria.

Nessa busca, encontramos apenas um livro dentre os 71 selecionados da lista, em sebo do Rio de Janeiro¹⁶, do qual já se encontrara um exemplar na BCG, publicado pela mesma editora. Sua ausência na Biblioteca Nacional justificava-se, porque se tratava de uma edição portuguesa.

Após estas tarefas, passamos à conclusão.

5 CONCLUSÃO

No ano de 2008, já se havia decorrido mais de 20 anos do fim “oficial” da ditadura militar no Brasil e a censura ainda causava prejuízos à recuperação daqueles livros censurados entre

¹⁶ Trata-se do livro de número 33 da lista, de Lênin “A catástrofe iminente e os meios de a conjurar”.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

1964 e 1985 nos acervos das bibliotecas cariocas e fluminense pesquisadas e, portanto, à memória relativa a certo período da história nacional.

Com o levantamento que realizamos na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Estadual Celso Kelly, na Biblioteca Central do Gragoatá da UFF e nas bibliotecas da Rede Sirius da UERJ, constatamos que, das 71 obras de cunho político que constavam na lista elaborada pelo SNEL – Sindicato Nacional de Editores e Livreiros (entre o total dos 428 proibidos), somente 39, pouco mais de 50%, se encontram espalhadas em acervos pesquisados nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói em 2008. Há 32 livros que estão se tornando ou se tornaram obras raras –está sofrendo um “efeito de raridade”. Podem estar na mão de alguns particulares, mas não estão em acervos públicos, pelo menos, dos pesquisados até o momento.

Até 2003, o máximo que se conseguia encontrar na UFF era 16 títulos, cerca de 20 % daqueles 71 livros. Hoje, já encontramos 29 daqueles livros, ainda que em outras línguas, que dificulta o acesso de alunos de graduação. Mas o número de livros considerados praticamente dobrou na UFF, o que é alentador.

A Biblioteca Estadual foi a que menos cresceu, incorporando somente 4 novos títulos daquela lista nos últimos 10 anos considerados. Um desses títulos, inclusive foi adquirido em italiano, o que leva a desconfiar de que o tenha sido por doação.

Dentre as bibliotecas pesquisadas, a Biblioteca Nacional continua sendo a biblioteca que mais incorporou títulos daquela lista, o que mostra que vem cumprindo o seu papel de depositária e significa também que quase 50% dos livros estão editados no Brasil hoje.

E os demais 32 livros, onde estão? Se, desde 1988, a Constituição permite a livre circulação de qualquer forma de idéias, filosofias, religiões e expressões de várias vertentes políticas, porque a ausência dos livros nos acervos pesquisados?

Tais livros se perderam na história, tornando-se irrecuperáveis? Ou os livros se tornaram obsoletos? Mesmo assim não deveriam constar no acervo com memória da história política da Nação? Os editores não voltaram a editá-los? Será que não existem mais leitores que os procurem?

Com a Constituição de 1988, oficialmente, acabou qualquer tipo de censura, mas ela está longe de acabar, visto que ainda hoje podemos constatar, pela pesquisa realizada que as bibliotecas selecionadas, continuam sofrendo efeitos gerados pela censura, pois muitos livros ainda não fazem parte dos acervos.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

Percebemos que os livros encontrados na livraria foram editados pelas mesmas editoras e ainda continuam no mercado, apesar dos prejuízos da época. As únicas editoras novas foram a da Universidade Federal de Juiz de Fora e Editora Zit. O livro encontrado no sebo era da mesma editora da época.

No trabalho de Bastos, notamos que, durante o processo de pesquisa, houve uma mudança na postura do pesquisador – de um usuário anônimo, o aluno passou a agir como um leitor ativo interessado em cooperar para a memória e comprou o único livro descoberto no sebo virtual. Este livro já existia em uma única biblioteca, a BCG, em um único exemplar. Em levantamento posterior à compra, este livro só pode ser encontrado, ainda, em sebo virtual do Rio Grande do Sul.

Não podemos deixar de mencionar certa frustração. Passados mais de 20 anos da abertura política oficial, esperávamos encontrar maior quantidade daqueles livros. Quantas pessoas já nasceram e morreram sem poder ter acesso?

Parece que a censura, mesmo encerrada oficialmente, deixou marcas, ou melhor, lacunas, espaços vazios nas estantes e na memória de um povo.

Terminamos este trabalho com a mesma última frase de Araújo em 1998, que também serviu de subtítulo para Bastos e para o título deste artigo.

- “Onde estão os livros censurados?”

Fica aqui o desafio para mais pesquisas semelhantes em outras cidades e acervos.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciana Dnielli de. **Censura nunca mais**: presença/ausência dos livros censurados na Fundação Biblioteca Nacional e Biblioteca Estadual Celso Kelly. 1999. 33 f. + anexos. Trabalho de conclusão de curso (Graduação)–Curso de Biblioteconomia e Documentação (Universidade Federal Fluminense). Niterói, 1998. Orientadora: Marcia H. T. de Figueredo Lima.

ASHEIM, Lester. Bibliotecas e censura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 217-222, 1980.

AZEVEDO, Dilma Pereira de. **Censura e repressão a livros e bibliotecas universitárias no Brasil pela ditadura militar (1964-1985)**. 83 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação)–Curso de Biblioteconomia e Documentação (Universidade Federal Fluminense). Niterói, 2003. Orientadora: Suzete Moeda Matos.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

BASTOS, Milton Jorge Moreira. **Censura nunca mais: onde estão os livros censurados?** 2008. 57 f. + anexos. Trabalho de conclusão de curso (Graduação)–Curso de Biblioteconomia e Documentação (Universidade Federal Fluminense). Niterói, 2008. Orientadora: Marcia H. T. de Figueredo Lima.

BREVE história da ditadura de 64. Disponível em: www.resistenciabr.hpg.ig.com.br/ditadura.htm Acesso em: 20 set. 2008.

DELEUZE, Giles. Um novo arquivista. *In: ____*. **Foucault**. 2. ed. Lisboa : Vega, 1998. p.20-22.

DIAS, Vitor. **Censura e a biblioteca**. 2008. Disponível em: www.webartigos.com/articles/4042/1/censura-e-bibliotecas/pagina1.html. Acesso em 20 set. 2008.

DICIONÁRIO Aurélio século XXI, versão *on line* 3.0 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 200?).

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. 3. ed. [Lisboa]: Vega, 1992. (Passagens). A vida dos homens infames, p. 89-128.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 79 p. Aula inaugural no Collège de France proferida em 02.12.70. Primeira edição francesa: 1971.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO. **A biblioteca pública: administração, organização, serviços**. Rio de Janeiro, 1995. 121 p.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Um foco de vida**: Fundação Biblioteca Nacional: agosto de 1996 a agosto de 1999. Rio de Janeiro: 1999.46 p.

MILANESE, Luis. **O que é biblioteca**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 107 p.

MORAES, Rubens Barbosa. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **A fascinante história do livro II**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1985. 304 p.

OTAVIANO, Vera Lúcia C. **Censura real: do cruzeiro ao real**. Campinas, São Paulo: PUC, v.12, n.1, p. 59-71, jan./jun. 2000.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação

Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

PINHEIRO, Ana Virgínia. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: **Bibliodesign**, 2004..

Disponível em: <http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&q=livro+raro>

[+antecedentes+prop%C3%B3sitos+e+defini%C3%A7%C3%B5es&rlz=1R2SKPB_pt-](http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&q=livro+raro+antecedentes+prop%C3%B3sitos+e+defini%C3%A7%C3%B5es&rlz=1R2SKPB_pt-)

[BRBR350&aq=2&aqi=g3&aql=&oq=livro+raro&gs_rfai=&fp=70f7c0d7c1eb01cf](http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&q=livro+raro+antecedentes+prop%C3%B3sitos+e+defini%C3%A7%C3%B5es&rlz=1R2SKPB_pt-BRBR350&aq=2&aqi=g3&aql=&oq=livro+raro&gs_rfai=&fp=70f7c0d7c1eb01cf). Acesso em 19 set. 2010.

TANGINO, Maria das Graças. **Conceito de biblioteca**. Brasília: ABDF. 1984.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Os bibliotecários, as bibliotecas e a censura. **Boletim da Associação Paulista de Bibliotecários**, v.3, n.3, p.2-3, 1986.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em Bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n.1, p.21-26, jan./jun. 1987.